

## TEMPO DE LEITURA

MARIA DE LOURDES BELCHIOR — **Os Homens e os Livros**  
— Séculos XVI e XVII, *Editorial Verbo*, Lisboa, 1971.  
195 × 128, XV + 240 + 4 fol.

As aporções bibliográficas portuguesas dos últimos anos sobre a nossa Cultura do século XVI (sobre a Literatura, portanto, também) têm vindo a descrever uma linha gráfica ascendente bastante constante em quantidade, frequência e, o que mais importa, de alta qualidade. Recordemos os trabalhos de J. S. da Silva Dias, de J. V. de Pina Martins, de E. Asensio, Veríssimo Serrão, Jorge de Sena, entre outros. O mesmo não se poderá certamente dizer quanto ao trabalho editorial (rigoroso, entende-se) de textos quinhentistas. E de modo nenhum o que se afirma em primeiro lugar sobre o século anterior, se poderá manter para o nosso século XVII que continua a ser um século devedor dos estudiosos estrangeiros — da França, sobretudo, e, mais recentemente, da Holanda. E pelo que se refere à edição de textos — apesar de que se vão remoçando os dum D. Francisco Manuel de Melo ou dum Estêvão Rodrigues de Castro — ainda estamos muito longe, parece, da renovação tão necessária que urge fazer.

Entre nós o século XIX continua a ser «outro tempo» ... e se a qualidade e quantidade dos empreendimentos editoriais de textos e das achegas bibliográficas servisse de índice, seria caso para pensar que nos identificamos muito mais com o século XIX, ... que, para além de gestas e caravelas, nos sentimos uns «românticos». Talvez Torga, numa página do seu *Diário* em que alude a este aspecto da nossa sensibilidade, tenha razão... Efectivamente, Herculano sob a orientação de Vitorino Nemésio renova-se... Camilo há alguns anos já que se vem apurando e enriquecendo sob o saber de J. do Prado Coelho, quem nos promete que em breve chegará a hora de Garrett.

Só por isso já teríamos de agradecer — porque aqui de verdadeira gratidão dum aprendiz de oficial do mesmo ofício se trata — a Maria de Lourdes Belchior o ter reunido e tornado acessíveis estes seus quinze estudos que abarcam quase vinte anos de trabalho e saber sobre «homens e livros (dos) séculos XVI e XVII». Esta quinzena de trabalhos de Maria de Lourdes Belchior, Professora de «boa memória»

na Faculdade de Letras do Porto e agora na de Lisboa, são muito mais que estudos sobre livros e homens dos «séculos de ouro», pois abrangem entre certezas e dúvidas, suas e nossas, muito do viver (logo também do «escrever») e do morrer nesses séculos, e continuam, a outro nível e por outros ramos culturais, o saber do seu *Fr. António das Chagas: um homem e um estilo do século XVII* (Lisboa, 1953) que no campo vasto da bibliografia sobre a literatura de espiritualidade do século XVII «se ha reconhecido mundialmente como um modelo de estudo monográfico» (E. de la Virgen del Carmen, in *História de la Espiritualidad*, Barcelona, Juan Flors, II, 1969, pág. 333, [n.]8).

A simples enumeração dos títulos dos trabalhos reunidos — *As glosas do salmo 136 e a saudade portuguesa* (1951), *António Ribeiro Chiado e a Prática de Oito Figuras* (1961), *Poesia e Mistica: Fr. Agostinho da Cruz* (1964), *Nótula sobre a lira usada por poetas portugueses dos séculos XVI e XVII* (1960), *A Asia Extrema do Padre António de Gouveia. Relato seiscentista da evangelização da China nos séculos XVI e XVII* (1956), *Barroco e Cancioneiros Barrocos* (1960), *A agudeza segundo Baltazar Gracián e outros teorizadores do Barroco, Góngora e a poesia portuguesa do século XVII* (1956), *Góngora e os cultos segundo a retórica conceptista de Francisco Leitão Ferreira* (1966), *História Literária e História das ideias estéticas — a teorização do Barroco na Península Ibérica: Gracián impugnado por Francisco Leitão Ferreira* (1969), *A Oratória sacra em Portugal* (1961), *O poeta António da Fonseca Soares (em Religião Fr. António das Chagas)*, *Um poeta vulgar — António da Fonseca Soares, Fr. António das Chagas — Um homem e um estilo do século XVII*, *Um prosador da idade barroca: Fr. Luís de Sousa, biógrafo de Fr. Bartolomeu dos Mártires* (1956), a que há que juntar as explicações *Ao Leitor* que são um exemplar exame de consciência em que Maria de Lourdes Belchior pondera não tanto o *factum* mas sim o *fieri* da sua própria obra, posição que lhe permite pesar e interrogar-se sobre métodos e resultados passados ou recentes — dá uma ideia suficiente das múltiplas facetas culturais sobre as quais incide a atenção da Prof.<sup>a</sup> Belchior Pontes.

Uma leitura superficial tenderá a agrupar os trabalhos reunidos em três partes: uma mais breve que visa o século XVI, outra para o que poderíamos chamar de «transição» e outra para o pleno «Barroco», rótulo que admitimos na sequência da autora que não deixa de advertir que é uma «designação quase ambígua, em virtude das muitas e desvairadas acepções que à palavra foram atribuídas» (pág. 111), sem por tal nos esquecermos do «adeu au baroque» que, talvez um pouco nostálgicamente, pondera J. Rousset em *L'intérieur et l'extérieur* (Paris, José Corti, 1968, págs. 239-245).

Contudo, o trabalho inicial sobre *As Glosas do Salmo 136 e a saudade portuguesa*, um modelo de articulação de investigação erudita e de interpretação, mostraria a fragilidade de tais divisões numa obra que conjuga sólidamente e em poucas páginas as linhas mestras da cultura do século XVII peninsular, sem esquecer as «decantadas» fontes (um tanto postas em quarentena hoje, apesar das palavras

teoricamente prudentes de muitos... que na prática desprezam ou ignoram) e sem esquecer também os prolongamentos culturais que arrancam dessas épocas e as constantes que nelas se verificam. É assim que descobrimos a fortuna do salmo 136, fortuna que permite a Maria de Lourdes Belchior através da leitura de diversas glosas chamar a atenção para a valorização da saudade na «transcendentalização» do salmo [«do facto histórico, da narrativa do salmo, passa-se, restringindo-lhe o âmbito, para a íntima dor que a condição de exilado faz nascer na alma do poeta» (pág. 126)], transcendentalização «quase sistematicamente conseguida» pelos poetas portugueses (pág. 25), não só do século XVI e XVII, mas também, mercê de circunstâncias históricas que determinam a «realíssima condição de desterrado» em Portugal, no século XIX. Maria de Lourdes Belchior passa em revista as principais glosas e comentários do salmo referido e aponta em nota (pág. 22) mais algumas glosas que cobrem, de 1606 a 1681, todo o século XVII ibérico. As referências às glosas estudadas demonstram a larga divulgação e utilização do salmo, fortuna a que talvez não seja estranha, além das razões apontadas por Maria de Lourdes Belchior, a própria antítese «barroca» das duas cidades (a cidade celeste e a cidade terrestre) donde resulta, visível em glosas e comentários, uma tensão que é todo um programa cristão que se literatizou, a que há que juntar, noutro nível, o sentimento de que essa «ascese» é uma consequência do exílio (do Paraíso... da Graça... etc.), factores que concorrem para essa nostalgia e desencanto que são o melhor toque destas glosas e de muita literatura «barroca».

Ser-nos-á permitido indicar mais algumas glosas a esse salmo 136? Conhecemos uma glosa sobre *El Salmo Super Flumina* devida a D. Rodríguez Pagán (*Floresta de Varia Poesia*, Valencia, 1562) e que vem no *Romancero y Cancionero Sagrados* (B. A. E., XXXV, págs. 271-272); uma outra de Jorge de Montemayor (*Segundo Cancionero Spiritual*, Anvers, 1558); entre as poesias que com fortes dúvidas se atribuem a fr. Luis de León aparece também uma glosa do mesmo salmo (*Obras Compl. Castellanas*, BAC, Madrid, 1959, pág. 1693). Estas glosas acabaram por ser referidas ou estudadas por M. Darbord, *La Poésie Religieuse Espagnole des Rois Catholiques à Philippe II* (Paris, 1965) onde se aponta ainda uma paráfrase burlesca desse salmo que vem no *Cancionero General* (1511) de Hernando del Castillo e que serve para atestar, a seu modo, a divulgação e utilização do salmo desde muito cedo, e que deve ter alcançado larga audiência e ter sido adaptada às mais diversas circunstâncias. Na edição flamenca desse *Cancionero General* (Anvers, 1557) aparece essa paráfrase aplicada (mas quase totalmente omitida...) a acontecimentos político-sociais de 1555 (*A. Rodríguez-Moñino, Poesia y Cancioneros, Siglo XVI*, Madrid, 1968, pág. 76). Para Portugal apenas podemos apontar uma glosa de Diogo Mendes Quintela que vem na *Conversão e Lágrimas da Gloriosa Sancta Maria Magdalena e outras obras espirituais* (Lisboa, 1615), obra que, diga-se de passagem, merecia muito mais atenção do que a que se lhe tem dado, além da «glosa» que traz a *Fénix Renascida* (I, págs. 183-185).

O «nomeadíssimo Chiado» e a sua *Prática de oito figuras* são objecto de uma bela introdução que aponta (pág. 37) a um trabalho ainda por fazer: o inventário do teatro português do século XVI e XVII (que já é tempo de deixar ao acaso de descobertas felizes numa hora feliz de investigadores felizes) que até agora era constituída por Gil Vicente, A. Prestes, Ribeiro Chiado, D. Francisco Manuel, mas que mais recentemente conta com outro nome: Simão Machado. Para todos os que acreditamos pouco em tão pouco teatro em Portugal, sobretudo no século XVII, começa a ser inquietante não só essa pseudo-inexistência, como também o desconhecimento do que foi o teatro e a vida de teatro em Portugal pela mesma época — representações de obras estrangeiras (espanholas, sobretudo), geografia da sua divulgação (penso nos trabalhos de N. Salomon para Espanha), companhias, gostos, reacções do público, atitudes morais e religiosas concretas e as suas justificações, etc.

Fr. Agostinho da Cruz, «uma das almas mais torturadas, interrogantes e trágicas da poesia portuguesa do século XVI» (pág. 71), é motivo para um dos mais importantes estudos do volume. Nele a Prof.<sup>a</sup> Belchior Pontes aborda os difíceis problemas das relações e interpenetrações da Mística e da Poesia, tentando detectar através da obra de Fr. Agostinho da Cruz algumas dessas relações que se tornam «mistério» quando se tem presente o «milagre» da palavra poética de S. Juan de la Cruz. Para tal a autora serve-se da análise lexical tentando descobrir no «âmago dos textos»... «as linhas de rumo e os elementos característicos do mundo que o poeta recriou» (pág. 58), análise que apoie e ilumine os elementos disponíveis sobre a formação espiritual do poeta e as tendências da sua ordem religiosa (pág. 46) e ajude a responder até que ponto haverá na sua obra poética «uma experiência mística que se comunica ou em vias de expressar-se». A Prof.<sup>a</sup> Belchior Pontes crê que «em vão se preocuparão nas composições de Fr. Agostinho da Cruz expressões do inefável, alusões a uma incapacidade para dizer de qualquer experiência que se possa classificar de mística» (pág. 56), conclusão que a tessitura vocabular das suas obras parece confirmar-nos. Se a análise lexical é conduzida com o rigor a que nos habituou, a formação espiritual do poeta e as orientações da espiritualidade da sua ordem religiosa dão lugar a algumas páginas sérias na História da Espiritualidade em Portugal em que se faz avultar a influência de S. Pedro de Alcântara entre os arrábidos, sobretudo com o *Libro de la Oración y Meditación* que, agora, depois dos estudos de A. Barrado Manzano (*San Pedro de Alcántara, Estudio Documentado y Critico de su vida*, Madrid, 1965), parece voltar a ser dele.

Estas investigações sobre temas e formas de poesia completam-se com o estudo seguinte sobre «a lira usada por poetas portugueses dos séculos XVI e XVII», trabalhos que é, dadas as perspectivas que aponta à investigação, bem mais que uma «nótula» sobre o assunto. Importantes as referências a D. Manuel de Portugal, poeta que (estamos de acordo com Maria de Lourdes Belchior) «merecia sair, de vez, do

olvido em que tem andado sepultado» (pág. XII). E se tivermos presente, a título paradigmático, o que foi a influência de S. Juan de la Cruz na breve obra poética de D. Luisa de Carvajal y Mendoza, uma aproveitada discípula do santo poeta, estaremos bem de acordo que as afinidades entre D. Manuel de Portugal e S. Juan de la Cruz são, sobretudo, temáticas e explicáveis em larga medida por tradições teológicas e poéticas comuns.

A *Asia Extrema* do P. António de Gouveia, S.J., «relato seiscentista da evangelização da China nos séculos XVI e XVII» é-nos apresentado como «um livro exótico» que nos informa sobre o vocabulário, fertilidade da terra, ritos e cerimónias sociais e religiosas com interesse especial pelas cortesias, informação que duplamente há que agradecer ao P. Gouveia, pois além de nos declarar as cortesias chinesas... permite-nos anotar as suas reacções de europeu e de português (já então estes com fama de cerimoniosos e «puntillosos»). Todas estas informações fazem da *Asia Extrema* um monumento importante da abertura «do caminho de aproximação de dois mundos, ocidental e oriental», caminho que o século XVII com o seu gosto pela literatura de viagens foi tornando mais chão. Um bom testemunho da nossa contribuição para a cultura europeia do século XVII, já que a Península Ibérica é, então, um dos centros da diáspora dessa literatura orientalizante que se concebia como um «orientalismo que não era apenas esteticizante, mas por mais enraizado na compreensão mútua e na caridade, mais fecundo» (pág. 108).

Em *Barroco e Cancioneiros Barrocos* Maria de Lourdes Belchior além de traçar em linhas seguras as orientações maiores da poesia do século XVII (pág. 114), historia e discute a designação de «barroco» aplicada a «determinada época e a determinado estilo»; aponta os grandes nomes que estiveram na base da reabilitação da estética «barroca» que se vem fazendo desde o verão de 1931 para lograr na década de 50, talvez, o seu apogeu; marca os limites cronológicos do «barroco português» — 1580-1680 [o limite *ad quem* não seria de avançar um pouco mais tendo em consideração que tanto na literatura como na arte em geral os primeiros anos do século XVIII pertencem ainda ao século anterior? — isto sem cair na confusão, se a há para além da terminologia, entre barroco e barroquismo, excessos de rigor que esconjurados por L. Febvre e V. Tapié, como refere a autora (pág. 144), têm sido mantidos, e às vezes até com proveito, por H. Hatzfeld]; analisa temas e autores, géneros e variedade de estilos dos dois principais cancioneros do século XVII português — *Fénix Renascida* e *Postilhão de Apolo*, realçando a presença de Gôngora em ambos, mas mais acentuadamente no primeiro. Poderíamos sugerir aqui, pelo menos entre alguma poesia de carácter religioso desses cancioneros, a presença dos *Conceptos Espirituales*, de A. de Ledesma de tão larga voga a partir de 1600 (1.ª edição da I.ª parte), voga essa que bem merece (íamos a dizer «é tão importante») que se estude.

A um capítulo dedicado a evocar a *Agudeza segundo Baltazar Gracián e outros teorizadores do Barroco* seguem-se outros três que

fazem o ponto da extensão e significado da presença quer de Gôngora — *Gôngora e a poesia portuguesa do século XVII* — na poesia portuguesa do momento «barroco» e que tinha ficado já anotada, quer de Gracián e de E. Tesouro na formulação de algumas das orientações da poética seiscentista — *Gongora e os cultos segundo a retórica conceptista de F. Leitão Ferreira. Nova Arte de Conceitos* e principalmente *História Literária e História das ideias estéticas — a teorização do Barroco na Península Ibérica: Gracián impugnado por F. Leitão Ferreira*. Tirando Leitão Ferreira do «quase total olvido» (seria mais justo omitir o «quase»), Maria de Lourdes Belchior chama a atenção para a importância (significação intrínseca da obra e alcance cultural) da *Nova Arte de Conceitos* (1718-1721) que pretende ser uma «nova dialéctica da Poesia, uma teoria lógica da Eloquência e uma útil Retórica da Retórica», capaz de marcar um momento importante na elaboração (e fixação) duma estética «barroca» no primeiro quartel do século XVIII em Portugal (pág. 168). Escrevemos «capaz de marcar», porque, embora assinalando a capital importância da obra de Leitão Ferreira para «o estudo da teorização do barroco» (pág. 147), analisando-a e comparando-a com o seu modelo espanhol — *Agudeza y Arte de Ingenio* (I.ª ed. Huesca, Juan de Nogués, 1648, embora precedida de uma elaboração anterior, Madrid, 1642) — três anos depois interroga-se a autora (e nós com ela) sobre tal possibilidade, atitude que nos permite surpreender a sua atenção científica na tentativa de captar a «multifaciedade» da obra «barroca», que é uma das lições mais constantes do livro que analisamos.

*A Oratória Sacra em Portugal no século XVII segundo o mans. 362 da B. N. L.* é possivelmente um dos mais importantes estudos de síntese sobre as linhas de força da oratória sacra portuguesa que se têm publicado. E era, a ter sido explorado posteriormente, uma pista de primeira ordem para a elaboração de muitos outros trabalhos sobre a arte do púlpito em Portugal desses tempos, trabalhos que em 1971 continuam, trágicamente, por fazer. Se pouco sabemos acerca de números de sermões impressos, da sua distribuição ao longo do século, áreas geográficas dessa pregação, temas, estilos e homens (estilos e homens que «manualmente» se costumam reduzir a um A. Vieira e a um A. das Chagas), Maria de Lourdes Belchior aponta temas, devoções, nomes que seria urgente explorar estatística, cronológica e geograficamente. O «Mandato»... a «Paixão»... as «Almas do Purgatório»... S.to António... a Virgem... S. José... parecem marcar entre os motivos de devoção que mais atraem pregadores e ouvintes. As razões e a extensão destas preferências são temas a investigar. Curiosamente a infância de Cristo de que muita poesia religiosa (e não religiosa) da época faz um motivo de inspiração e que a nível de vivência espiritual e cultural conhecia desde os começos do século XVII uma intensificação notável, aparece apenas com dois sermões. Um contraste que investigações mais demoradas poderão confirmar, contradizer e explicar. O mesmo não se dirá da devoção a S. José que em tempos de D. Pedro II e D. João V parece ser — e convinha aclarar os centros divulgadores —

uma autêntica moda. Sentimos. — embora nos expliquemos o facto — que o catálogo de sermões que está na base do trabalho não o tenha acompanhado (como acontecia na sua primeira edição) pois a sua divulgação, agora que podemos contar também com a descrição de dezenas de sermões impressos entre os *Folhetos da Biblioteca do Palácio N. de Mafra* que o B. I. B. L. B. vem publicando desde 1968, talvez animasse alguém a empreender uma obra como a *Aportación Bibliográfica a la Oratoria Sagrada Española* (Madrid, C. S. I. C., 1971) que nos ofereceu Felix Herrero Salgado.

Fr. António das Chagas é o autor que naturalmente recebe por parte de Maria de Lourdes Belchior maior atenção. Nos três ensaios que lhe consagra situa-nos o homem, o poeta, o director espiritual e o missionário dentro do «ritmo vital» do seu tempo, ensaios que constituem, já que o seu *Fr. Antonio das Chagas — Um Homem e um Estilo* é tão difícil de encontrar (e logo de ler...), a melhor introdução a essa figura que é toda uma síntese do «barroco». E daqui formulamos um voto: que o *Fr. António das Chagas* de 1953 volte em 1972.

Um trabalho sobre Fr. Luis de Sousa fecha o volume. Outro homem e outro estilo sobre que (necessariamente?) nos leva a outra época. Fr. Luis de Sousa, um homem que une o «seu» tempo ao de Fr. Antonio das Chagas, é para a Prof.<sup>a</sup> Belchior Pontes, «um prosador da idade barroca» que antecipa Bernardes, algumas páginas «tranquilas» de Vieira, talvez muitas do P. Bartolomeu de Quental. Abeirando-se, com método seguro, do seu objecto através do estilo, Maria de Lourdes Belchior anotando a variedade de estilos, tradutores da «visão do mundo» de cada autor no e do seu tempo, dá-nos uma análise da prosa da biografia do arcebispo de Braga, e, conseqüentemente, da «visão do mundo» do seu autor. Diante dos resultados, apesar de alguns sinais que não nos custa a admitir que sublinhem algumas tendências barroquisantes de Manuel de Sousa Coutinho quer a nível lexical quer a nível sintáctico, somos levados a perguntar se «um prosador da idade barroca» será o mesmo que «um prosador barroco». Para o «caso diferente» (pág. 223) de Fr. Luis de Sousa cremos que não, a não ser que aceitássemos com H. Hatzfeld a distinção já referida (digamos agora: cómoda, mas inoperante muitas vezes) de distinguir cronológica e estilisticamente «barroco» de «barroquismo». Fr. Luís de Sousa seria um «prosador barroco» ao lado do muito de barroquista de Vieira, dos barroquistas Fr. António das Chagas e Fr. Manuel de Gouveia, OSA (este um exemplo até de «barroquismo oco»), etc.

Não gostaríamos de chegar ao fim anotando superficialmente apenas o que Maria de Lourdes Belchior nos diz sobre *Os Homens e Livros — séculos XVI e XVII* que é quase tudo o que se vem sabendo sobre o nosso século XVII cultural. Queremos antes, e também, sublinhar a má consciência que nos ficou ao reler, assim agrupados, os trabalhos que integram a obra. Dissemos «má consciência», pois olhando às datas em que se foram escrevendo estes estudos (de 1951 a 1969) ficamos aterrados com o imenso trabalho que, para vergonha nossa, ainda há para fazer sobre as letras e os homens do século XVII não



só lusitanos, mas também peninsulares. O livro é prova cabal do trabalho imenso a empreender e uma fonte riquíssima de sugestões a explorar, de métodos a seguir ou a aperfeiçoar (que só não catalogamos aqui para não escandalizar) que Maria de Lourdes Belchior que conhece como ninguém as necessidades a que nos referimos vai apontando. Tanta pergunta a responder que vamos encontrando ao longo das páginas desta obra que em 1971, aproveitando as palavras de Maria de Lourdes Belchior, é «uma presença viva nas muitíssimas lacunas da bibliografia da historia literária de seiscentos», sômente pedindo perdão de ter em alguns momentos transformado esta nota de leitura... em tribuna.

José Adriano de Carvalho

**MÁRIO MARTINS — Guia Geral das Horas Del-Rei D. Duarte,**  
Lisboa, *Editorial Brotéria*, 1971. 225×127, IX+256 págs.

Apesar de ser esta a primeira nota crítica que a uma obra do P. Mário Martins, S. J. se faz nesta Revista julgamos seria descabido vir referir aqui a sua personalidade ou a importância e constância da sua obra, não só, mas principalmente, de medievalista. Parece-nos preferível que qualquer homenagem seja rendida mais sôlidamente e por todos os que têm, porque cientificamente mais interessados em idênticos momentos culturais, maiores obrigações e muito maiores créditos, portanto, para lha prestarem melhor.

O P. Mário Martins oferece-nos agora o *Guia Geral das Horas del-Rei D. Duarte*, obra que embora muito fiel ao seu objecto de investigação (tratado na sequência duma série de trabalhos do autor sobre o assunto) é também uma «chave para abrir as portas fechadas de outros livros do mesmo género», ensinando-nos para tanto «a distinguir um Livro de Horas dum simples breviário... a situá-lo no seu tempo e no espaço por meios seguros, a fixar o núcleo essencial das Horas, a sua evolução e crescimento, e a avaliar a sua importância para a história da poesia medieval, não só em latim, mas também em romance». Todo este programa é levado a cabo com a segurança de quem é um investigador experimentado da cultura medieval.

O *Livro de Horas* do rei D. Duarte, que a ele pertenceu ainda quando infante, é um desses «breviários para leigos» (págs. 17, 31, 179) que a devoção particular da Idade Média — e de muito mais tarde — gostou de possuir e de multiplicar. Para tal criou, um pouco por toda a Europa, centros especializados de produção e de irradiação. Dum modo geral a devoção particular centrada à volta dos Livros de Horas ia de acordo com as condições de vida dos leigos e, quase como consequência, com o seu nível cultural e social que, em linhas gerais também, se pode pôr em relação com o seu nível económico. Não sabemos o custo, sequer relativo, dum Livro de Horas, mas podemos sugerir-lo sabendo que os seus possuidores eram sobretudo reis, príncipes, infantes,



grandes senhores e em menor número, mas sintomaticamente, alguma gente de «trato», como alguns encarregados de feitorias. A outro nível, conventos e ordens militares contam-se também entre os detentores de Livros de Horas, e dos mais belos, ambientes que estiveram na base da sua divulgação como livros de devoção particular para leigos (pág 27).

As Horas do rei D. Duarte situam-se dentro desta linha de um estilo de devoção particular dos fins do século XIV e dos começos do século XV europeu — reza de Horas e do Saltério, devoções, festas litúrgicas, etc., — capaz de traduzir uma sensibilidade religiosa, orientações de espiritualidade e até de mentalidade social. J. Toussaert (*Le sentiment religieux en Flandre à la fin du Moyen Age*, Paris, Plon, s. d. (1961), 2.<sup>a</sup> parte, § 1 e 4, referiu a sua importância e significado. E já não é pouco para o que do estudo dessas preciosas obras — não só das «ricas Horas», mas também das impressas e muito mais divulgadas — se pode esperar. Para já conhecemos melhor as devoções particulares de D. João I, da rainha Felipa de Lencastre, dos infantes de Avis e, seguramente através de uns e outros como modelos, as dos que lhes estavam mais próximos.

A obra do P. Mário Martins permite, para além da apreciação de algumas páginas estética ou culturalmente mais importantes das Horas do rei D. Duarte — ilustração que nos leva a desejar que venham ser integralmente publicadas — relacionar Portugal (a cultura e o sentimento religiosos portugueses) com a Flandres, com Itália, com Inglaterra, com França, regiões em que se situavam, com mais ou menos tradições, os principais centros produtores e irradiadores de Livros de Horas nos séculos XIV e XV. É assim que encontramos entre nós ao, lado de formas «fixas», tradicionais, (pág. 22-23), formas de devoção e espiritualidade «europeias» (pág. 35, 101). E melhor as conheceríamos se pudessemos dispor do estudo dos Livros de Horas organizados manuscritamente quando já a imprensa dominava (pág 31), pois essa organização poderia indicar-nos a sua personalidade e esta poderia abrir-nos perspectivas sobre permanências e renovações do sentimento religioso e das formas de olhar o mundo. A presença de tal santo num Livro de Horas — por exemplo, S. Winnor no de D. Duarte (pág. 47) — poderá servir hoje como sinal seguro para a identificação geográfica desse livro mas, então, poderia significar uma devoção nova, ainda que episódica, ou um contacto cultural novo. Possibilidades estas que o crescer e a migração dos Livros de Horas de uma terra para outra, assimilando, por vezes, «algo da nova pátria e do novo dono» (pág. 65) podiam, parece-nos, altamente favorecer.

Como já se insinuou, também as horas do rei Duarte são o resultado dessas migrações — chegam-lhe de Flandres (todos os indícios nos orientam para a diocese de Maestricht e depois para a sua sucessora Liège, págs. 32-34) — e são também em larga medida o resultado da elaboração dum Livro de Horas destinado a uma principesco personalidade «estrangeira», pois ao lado de festas do calendário próprio da região em que parece ter sido feito (págs. 22-23) apresenta outras festas e devoções mais características do país do destinatário ou mais

em consonância com a sua sensibilidade (pág. 24). O P. Mário Martins não se limita a definir geograficamente este livro de oração do rei, mas também procura datá-lo, defini-lo cronologicamente. Mário Martins pensa que, ou por encargo do irmão ou por iniciativa própria, teria sido a infanta Isabel, desde 1430 duquesa de Borgonha e condessa de Flandres, quem se teria interessado pela elaboração dessa obra (págs. 49, 74). Se assim foi e tendo em conta que D. Duarte sobe ao trono em 1433 e que o livro se lhe refere como «príncipe» (pág. 63-64), teria sido elaborado entre 1430 e 1433-34? Nem o P. Mário Martins o afirma, nem parece possível, por várias razões, que tal tenha acontecido. Estas datas, parece-nos, são apenas um avance para uma melhor definição cronológica da obra.

Mesmo a nível literário, sabemos, depois da leitura deste *Guia Geral*, serem tais obras uma fonte importante de «exempla» e de literatura ou do que hoje por tal se entende, depois que Manuel Machado, o poeta espanhol, elogiou e considerou «literatura» o que até então eram «milagros». E no caso do *Livro de Horas* do rei D. Duarte a sua riqueza literária — principalmente em poesia religiosa e hagiográfica em latim rítmico de que essa obra é um dos maiores repositórios em Portugal (pág. 66) onde se podem encontrar alguns dos mais belos exemplos da poesia medievo-latina (pág. 135) — parece compensar de longe a pobreza temática do seu calendário litúrgico (pág. 69).

Para nós o *Livro de Horas* de D. Duarte tem ainda outro interesse que se não deriva exactamente do seu carácter literário, pelo menos se relaciona com um momento importante da nossa Literatura. Referimo-nos aos elementos que fornece para o estudo do teatro vicentino, abundantemente anotados na obra do P. Mário Martins (cap. XIV, sobretudo), na sequência de outras páginas que o autor dedicou, noutros lugares, ao mesmo assunto. Aqui só queremos aludir à questão da influência da Dança Macabra na *Barca da Glória*, problema que aponta o P. Mário Martins (pág. 179) e que já estudou na sua obra *Introdução Histórica à Vidência do Tempo e da Morte* (Braga, Liv. Cruz, 1969). A divulgação e influência da Dança Macabra e do macabro na sensibilidade europeia dos séculos XV e XVI foi estudada por A. Tenenti — *Il Senso della Morte e l'Amore della Vita nel Rinascimento* (Turim, Einaudi, 1957) obra de que se poderão discutir o método e algumas conclusões, mas cuja importância global nos parece, hoje, de primeira ordem. Desde 1957 pelo menos, portanto, que se vinha anotando que nem Portugal nem Espanha parecem ter ilustrado o texto da Dança Macabra e que Portugal não teria até conhecido familiarmente o próprio texto, afirmações que os estudos do P. Mário Martins confirmam esplendidamente, abrindo ao mesmo tempo a via dos Livros de Horas como meio de divulgação e influência da *Dança da Morte* entre nós, ressalvadas as edições tardias e pouco divulgadas que A. Tenenti estuda admiravelmente. Assim, os estudos do P. Mário Martins parecem-nos de capital importância não só para mostrar os caminhos de divulgação e influência da sensibilidade macabra, mas também os níveis sociais e culturais por onde teriam passado e demorado

e que de algum modo facilitariam a irradiação de temas e representações da Dança e da Morte com todas as consequências sobre a sensibilidade e cultura ibérica do século XV e XVI e até do século XVII. Das páginas que o P. Mário Martins tem consagrado ao tema desprendem-se orientações mais que suficientes para que comece a ser possível pensar-se no «sentido e sentimento» da morte e do amor à vida em Portugal... na Península Ibérica, sobretudo tentando captar os matizes das adaptações da Dança ao solo ibérico que, à primeira vista, parecem marcadas por uma suavização dos extremos didácticos de que se revestia por outros países a Dança Macabra.

Apontaremos dois *peccata minutissima*: por um lado a colocação das ilustrações que muitas vezes não coincidem com as páginas que a elas aludem ou as descrevem; e, por outro, temos pena, a título meramente didáctico, de que na página 57 não nos seja revelado esse «erro» do mans. de Paris.

Não queremos terminar sem chamar a atenção para o alcance europeu desta obra: um pormenor decorativo, uma oração identificada, a inclusão ou exclusão duma festa num calendário litúrgico, algumas devoções, as relações familiares, a bibliografia utilizada, põem a cada passo a cultura portuguesa do momento em relação com a Europa do seu tempo. O tê-lo logrado é, parece-nos, um dos maiores méritos desta obra elaborada dentro da melhor tradição filológica.

José Adriano de Carvalho